

A África em 2008

Patrícia Magalhães Ferreira . Consultora, IEEI

O ano de 2008 é de optimismo moderado no continente africano. As tendências de crescimento económico acelerado em vários países lançam boas perspectivas para o futuro, mas vários problemas estruturais - como a fragilidade das estruturas democráticas e as fortes desigualdades económicas em vários países - não se afiguram de rápida resolução.

Apesar de sete das vinte economias com crescimento económico mais rápido estarem situadas no continente africano, a percepção externa é ainda de um continente assolado pelas epidemias (com a malária e o HIV-SIDA a serem responsáveis pela baixa esperança de vida em muitos países), pela fome e pelos conflitos, com a permanência de regimes autoritários e a existência de violações dos direitos humanos. Esta é certamente uma face da realidade, perpetuada pelos *media*, que não reflecte, contudo, a evolução recente do continente em vários vectores.

No campo da **economia**, o *World Economic Outlook*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê uma taxa de crescimento de 6,8% neste ano. Após a taxa de 6,1% registada em 2007, este desempenho económico é o mais favorável para o continente desde a década de 1970. Grande parte deste crescimento deve-se ao aumento dos preços das *commodities*, embora o FMI conclua que a combinação das acções oficiais de redução da dívida externa e de uma maior abertura económica com reformas políticas mais consistentes veio melhorar o ambiente de negócios, permitindo a estes países atrair fluxos crescentes de capitais privados e beneficiar melhor de alguma subida da ajuda externa.

Com efeito, o crescimento do PIB regista-se não só nos países produtores de petróleo (com Angola previsivelmente a manter um dos níveis de crescimento mais elevados do mundo), mas igualmente em várias outras economias com um desempenho notável nos últimos anos, sendo o Botsuana e Moçambique alguns dos exemplos. A construção de infra-estruturas (essencialmente rodoviárias e aeroportuárias) afigura-se cada vez mais como uma prioridade fundamental para as várias regiões africanas, de forma a permitir aumentar a produtividade e o comércio intra-regional e com o exterior.

No entanto, 2008 não assistirá certamente a uma redução drástica nos níveis gerais de **pobreza**, já que o caminho para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio permanece difícil para a maioria dos países africanos. Os compromissos assumidos ao nível internacional, nomeadamente no que respeita ao aumento dos montantes da ajuda, estão ainda longe de ser cumpridos por grande parte dos países desenvolvidos, pelo que a ONU dedicou 2008 aos "milhões de pessoas esquecidas pela economia mundial". Assim, a reunião de alto nível que decorre habitualmente em Setembro será este ano dedicada a conferir uma importância renovada aos ODM e a impulsionar uma resposta mundial contra a pobreza extrema. O terceiro Fórum de Alto-Nível sobre Eficácia da Ajuda, a realizar em Accra, em Setembro, e a Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento a ter lugar em Doha, em Dezembro de 2008, irão certamente rever a implementação

do Consenso de Monterrey sobre o aumento dos níveis da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), embora não seja certo que abordem questões polémicas relativas ao aumento artificial da ajuda provocado por alterações na sua contabilização.

Para além disso, o aumento dos níveis de APD não terá o sucesso pretendido sem que sejam equacionados problemas estruturais da maioria dos países africanos, nomeadamente os que dizem respeito à fragilidade das instituições estatais e democráticas. A incapacidade de prestar serviços básicos às populações ou de assegurar o controlo efectivo do território são problemas que exigem uma acção de longo-prazo, cujos resultados não são visíveis ou quantificáveis no espaço de um ano. Iniciativas recentes, como a Comissão de *Peacebuilding* da ONU, terão ainda de provar ter alguma utilidade num quadro de dispersão de actores externos, de divergentes mandatos e de formas de actuação das agências internacionais. Em 2008, se continuarem os debates infundáveis sobre o modelo de *peacebuilding* a seguir, sem uma efectiva coordenação e complementaridade entre os principais actores humanitários, de desenvolvimento e de segurança presentes em determinado país, a perspectiva de consolidação duradoura da paz em várias situações de pós-conflito em África poderá ser bastante difícil.

A implementação de **parcerias externas** é certamente uma prioridade para África. O sucesso da Estratégia Conjunta Europa-África, recentemente aprovada, dependerá da eficácia dos mecanismos de implementação e dos fundos que serão mobilizados no quadro das oito parcerias estratégicas que constituem o Plano de Acção. As relações sino-africanas continuarão a ser reforçadas no quadro da necessidade de assegurar a fornecimento de matérias-primas para alimentar o crescimento económico chinês, mas a presença chinesa motiva cada vez mais reacções negativas por parte de populações afectadas nas suas pequenas actividades comerciais e suscita reservas por parte de vários especialistas que alertam para o endividamento dos Estados africanos no longo-prazo. O diálogo trilateral UE-China-África deverá ser reforçado este ano, estando prevista a publicação de uma Comunicação da Comissão Europeia com vista a criar um diálogo regular e encontrar formas de gerir a competição de forma construtiva. A política norte-americana para África poderá também conhecer desenvolvimentos decorrentes da eleição de um novo presidente, sendo previsível a continuação da importância estratégica de algumas zonas (nomeadamente a faixa do Sahel e a África Oriental) no quadro da luta contra o terrorismo.

O processo de reforço das capacidades africanas de gestão e resolução de **conflitos** continua a ser uma prioridade para a generalidade dos actores externos e para as organizações continentais (União Africana) e regionais africanas.

Não obstante a resolução recente de diversos conflitos violentos no continente, o ambiente político em vários países continuará instável, uma vez que os processos de reconciliação e reconstrução pós-conflito estão ainda em fases iniciais. O decorrer do processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) na Costa do Marfim e as eleições presidenciais previstas para final do ano são dois elementos fundamentais para a evolução da situação neste país. Vários Estados são confrontados com situações políticas difíceis, como é o caso da Guiné-Conakri – que terá de definir a sucessão do Presidente Lansana Conté – ou do Zimbabué – onde a situação política originou um cenário económico insustentável, perspectivando-se o

surgimento de uma frente de oposição ao Presidente Mugabe. A contestação de Simba Makoni, antigo Ministro das Finanças, pode representar um revés significativo para Mugabe no seio do partido no poder - a ZANU-PF -, embora não esteja ainda claro se haverá algum acordo entre este e uma das facções do Movimento para a Mudança Democrática (MDC). As eleições terão lugar num cenário de catástrofe económica, com uma inflação que atinge os 30.000%, o aumento exponencial dos chamados "refugiados económicos" nos países vizinhos e os resultados incipientes de uma reforma de terras desorganizada e contraditória, pelo que os resultados eleitorais poderão reflectir o desejo de mudança por parte de largos sectores da população.

Algumas situações de pós-conflito suscitam optimismo, como é o caso da Libéria e da Serra Leoa, em boa parte devido à qualidade técnica das equipas dirigidas pela presidente liberiana Ellen Johnson-Sirleaf e pelo serra-leonês Ernest Bai Koroma, recentemente eleito. Já outros focos de conflito são de evolução imprevisível e de difícil resolução, como é o caso do Darfur ou do leste da República Democrática do Congo. Pela sua complexidade e multiplicidade de actores envolvidos, os processos de paz em curso tendem a desembocar em acordos de paz pouco abrangentes que não resultam do compromisso efectivo de todas as partes.

Apesar de eleito de forma legítima em 2006, o Presidente Kabila enfrenta a oposição violenta de vastas zonas no leste do território e tem-se mostrado incapaz de unir os vários centros de poder que hoje transformam a R.D.Congo numa manta de retalhos. Apesar da assinatura de um acordo de cessar-fogo no final de Janeiro, a reforma do sector de segurança (que abrange várias áreas para além da criação de um exército unificado) e a reforma do sector mineiro (que aguarda os resultados de uma revisão dos contratos mineiros) são dois elementos que poderão gerar tensões renovadas nos próximos meses.

No leste do Congo, a existência de combates entre forças governamentais, movimentos rebeldes congolezes (como as tropas do General Nkunda), as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda - FDLR (um aglomerado de grupos hutus que permanece na região desde o genocídio ruandês) e várias milícias congolezas originou cerca de 800 mil deslocados internos em 2007, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Estima-se que mais de 3,5 milhões de pessoas tenham morrido em resultado dos conflitos na R.D.Congo desde 1998, suscitando, porém, menor atenção mediática do que outros conflitos.

Outro exemplo de crise esquecida pelos *media* e pelos actores internacionais é o caso da Somália, um dos poucos exemplos no mundo de "Estado falhado", onde a desagregação institucional, a desordem interna e as tensões políticas de base clânica se têm sobreposto às tentativas de construção de um Estado de Direito. Enquanto vários grupos "islâmicos" exigem a retirada das tropas etíopes do território, o Governo de Transição apela ao desarmamento destas milícias e pretende negociar apenas com a aliança da oposição sediada na Eritreia (a *Alliance for the Re-liberation of Somalia* - ARS). Com a retirada de várias organizações internacionais devido à insegurança no território e a sucessão de tentativas falhadas de mediação, a resolução do conflito afigura-se cada vez mais difícil apenas por via diplomática.

No Sudão, é evidente a complexidade decorrente da sobreposição de conflitos: a necessidade de continuar a implementar o acordo de paz assinado entre o regime de Cartum e as províncias do Sul; a resolução do conflito interno que opõe as forças governamentais aos rebeldes do Darfur; e a gestão das tensões entre o Sudão e o Chade, com a situação interna neste último a suscitar grande instabilidade política. Mais de 200 mil refugiados sudaneses encontram-se no Chade, juntamente com 178 mil deslocados internos do Chade e cerca de 43 mil refugiados da República Centro-Africana. Neste contexto, as respostas internacionais são igualmente confusas. No Darfur, a força híbrida da União Africana e da ONU (UNAMID) confronta-se já com vários problemas logísticos e de equipamento, pelo que em 2008 será testada a capacidade destas duas organizações implementarem um modelo de manutenção de paz viável na sub-região. No Chade, a missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT), a força prevista da União Europeia (EUFOR Chade/RCA, constituída na maioria por efectivos da França) e as tropas francesas estacionadas no Chade há mais de duas décadas têm formas de actuação diferenciadas – nomeadamente no que respeita à possibilidade de uso da força. Apesar de as duas primeiras actuarem segundo um mandato conjunto das NU, o Chade é também um teste para a capacidade da UE intervir fora da Europa e para a viabilidade dos modelos de gestão de crises actualmente prosseguidos. Com a movimentação interna de grupos rebeldes no sentido de derrubar o Presidente chadiano – alegadamente com o apoio do Governo sudanês –, levantam-se novamente questões sobre a rapidez da intervenção externa, sobre qual o mandato adequado e sobre a ambiguidade do conceito de “intervenção humanitária”.

A implementação de uma **cultura democrática** em vários países africanos continua a ser um processo frágil, como ilustra a recente crise política no Quênia, considerado um dos países mais estáveis do continente e pedra basilar da economia da região. Após eleições com manifestas irregularidades segundo diversas fontes internacionais e o surgimento de protestos espontâneos de contestação dos resultados eleitorais que deram uma vitória tangente ao Presidente Kibaki, a situação evoluiu para formas mais organizadas de violência, com a participação de milícias e as subseqüentes reacções das forças militares e policiais. Esta espiral de conflito ilustra, mais uma vez, a situação de impasse que representa a não-aceitação de resultados eleitorais por parte de um partido ou o reconhecimento de irregularidades no escrutínio, sem que existam soluções posteriores que permitam assegurar a estabilidade política e o restabelecimento da legitimidade democrática.

Algumas das eleições mais que suscitam maior interesse em 2008 serão certamente as presidenciais, legislativas e municipais no Zimbabué (Março), as eleições presidenciais no Togo (Junho), as eleições legislativas em Angola e no Ruanda (Setembro), as eleições presidenciais e legislativas na Costa do Marfim (Outubro), as eleições legislativas na Guiné-Conakri (Novembro) e as eleições presidenciais e legislativas no Gana (Dezembro). No entanto, paralelamente à realização de eleições – por vezes legitimadoras de projectos políticos autocráticos ou conduzidas segundo lealdades identitárias – é importante assegurar acções sustentadas de reforço do Estado e das instituições. Disto são exemplo as democracias mais consolidadas do continente, como Cabo Verde, Botsuana, Moçambique ou Gana.

Neste aspecto, 2007 lançou fundações importantes: o aparecimento de várias estratégias para responder melhor aos complexos desafios resultantes da fragilidade do Estado é disso exemplo (Comunicação da CE sobre situações de fragilidade do Estado, *paper* conjunto da CE e Conselho sobre segurança e desenvolvimento, Estratégia do BAD para Estados frágeis, etc). Este ano impõe-se a implementação efectiva dos avanços teóricos e estratégicos, através de apoios concretos aos esforços internos dos países africanos no sentido da democracia, da reconstrução e da reconciliação. A reversão de uma cultura de impunidade é igualmente fundamental para o sucesso dos processos de paz em curso, pelo que o julgamento de alguns dirigentes pelos Tribunais internacionais – como é o caso de Charles Taylor, ex-presidente da Libéria – estarão certamente sob os olhares do mundo e de muitos africanos em 2008. O seguimento das investigações sobre a R.D.Congo, o Darfur, a República Centro Africana e o Uganda, por parte do Tribunal Penal Internacional, poderão resultar em novas acusações de dirigentes políticos por crimes de guerra e contra a Humanidade.